
EDUCAÇÃO DE SURDOS NO CONTEXTO RURAL: A REALIDADE DE UMA ESCOLA INCLUSIVA

DEAF EDUCATION IN THE RURAL CONTEXT: THE REALITY OF AN INCLUSIVE SCHOOL

LA EDUCACIÓN DE LOS SORDOS EN EL CONTEXTO RURAL: LA REALIDAD DE UNA ESCUELA INCLUSIVA

Deiziane dos Santos Mota¹

RESUMO

Em vistas a contribuir para uma maior reflexão acerca da educação de surdos no contexto rural, o presente artigo visa discutir sobre o papel da escola regular para a transformação da sociedade, assim como os desafios e as possibilidades para a educação de surdos, partindo do estudo de caso de uma escola localizada na zona rural da cidade de Conceição do Coité, na Bahia. Por meio de uma análise qualitativa de fontes como entrevistas com os sujeitos do processo educacional, o projeto político da escola e arquivos visuais da mesma, foi possível traçar as principais dificuldades no âmbito da educação de surdos, assim como entender como propostas pedagógicas podem potencializar o aprendizado e como o trabalho em parceria pode contribuir para a superação da eliminação de barreiras educativas e a construção de uma escola inclusiva. Constata-se que é possível por meio de ações inclusivas enriquecer ainda mais o repertório de conhecimentos tanto de surdos quanto de ouvintes, ao passo em que se permite a socialização entre todos os atores da escola, favorecendo uma educação ativa e participativa.

Palavras-chave: Educação de Surdos. Inclusão. Escola Rural.

ABSTRACT

In order to contribute to a greater reflection about deaf education in the rural context, this article aims to discuss about the role of regular school for the transformation of society, as well as the challenges and possibilities for deaf education, starting from the study case of a school located in the rural area of Conceição do Coité, Bahia. Through a qualitative analysis of sources such as interviews with the subjects of the educational process and the school's political project and its visual archives, it was possible to trace the main difficulties in deaf education, as well as to understand how pedagogical proposals can enhance the learning and how working in partnership can contribute to overcoming the elimination of educational

¹ Professora substituta de LIBRAS do IFBA - Polo Euclides da Cunha, especialista em LIBRAS pela Universidade do Estado da Bahia, 2019. O presente trabalho contou com a revisão de Samara dos Santos Mota Cerqueira, em vistas a adequar a norma padrão da língua portuguesa, pelo fato da autora ser surda. E-mail: deise_aura@hotmail.com

barriers and building an inclusive school. It is found that it is possible through inclusive actions to further enrich the repertoire of knowledge of both deaf and listeners, while allowing socialization among all school actors, favoring an active and participatory education.

Keywords: Deaf Education. Inclusion. Rural School.

RESUMEN

Con el fin de contribuir a una mayor reflexión acerca de las personas sordas en la educación en el contexto rural, este artículo tiene como objetivo discutir el papel de la escuela regular para la transformación de la sociedad y los desafíos y posibilidades para la educación de los sordos del estudio de caso de una escuela ubicada en la zona rural de Conceição do Coité, Bahía. A través de un análisis cualitativo de fuentes tales como entrevistas con los sujetos del proceso educativo, el proyecto político de la escuela y archivos visuales de la misma, fue posible identificar las principales dificultades en el contexto de las personas sordas la educación, así como a entender cómo las propuestas pedagógicas pueden mejorar el aprendizaje y la forma en que trabaja en asociación puede contribuir a la superación de la eliminación de las barreras educativas y la construcción de una escuela inclusiva. Se encuentra que es posible a través de acciones inclusivas enriquecer aún más el repertorio de conocimientos de sordos y oyentes, al tiempo que permite la socialización entre todos los actores escolares, favoreciendo una educación activa y participativa.

Palabras clave: Educación Sorda. Inclusión. Escuela Rural.

INTRODUÇÃO

Sabe-se que a educação é a porta de entrada para a inserção e transformação social, no entanto, tal espaço foi por muito tempo negado às pessoas que de alguma forma não se enquadrava nos padrões de normalidade impostos sociedade. Dentre esses sujeitos encontraram-se as pessoas com deficiência, e em se tratando mais especificamente das pessoas com deficiência auditiva, não foi diferente. A história da educação de surdos mostra o quanto doloroso foi a conquista do direito à educação e do reconhecimento de sua cultura.

Entendendo a língua como fator determinante da cultura, fez-se necessário reconhecer as especificidades das pessoas surdas, visto que no caso do Brasil, é por meio da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) que resignificamos o mundo, sendo não somente uma alternativa para a comunicação como pensam alguns estudiosos. Porém, como pontua Sá (2006), por se tratar de um grupo minoritário, poderes são exercidos para influenciar a negação da identidade, o que ocasiona frustração e falta de autonomia. Skliar (1998, p. 256) reitera ainda que:

O oralismo é considerado pelos estudiosos uma imposição social de uma maioria linguística sobre uma minoria linguística. Como consequência do predomínio dessa visão oralista sobre a língua de sinais e sobre a surdez, o surdo acaba não participando do processo de integração social. (SKLIAR, 1998, p. 256)

Nesse sentido, mesmo com os avanços na legislação (Lei 10.436/02 e 5.626/05) voltada para esse público as barreiras atitudinais continuam impedindo o desenvolvimento e a verdadeira inclusão social. Sendo assim, a necessidade de reflexões voltadas para as práticas inclusivas nos diversos espaços. Sobre essas barreiras, Gesser (2009, p. 76) enfatiza que:

Não é a surdez que compromete o desenvolvimento do surdo e sim a falta de acesso a uma língua. A ausência dela tem consequências gravíssimas: tornar o indivíduo solitário, além de comprometer o desenvolvimento de suas capacidades mentais. (GESSER, 2009, p. 76)

Com a oficialização da Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, que reconhece a LIBRAS como uma língua nacional, passam a ser observados importantes avanços nas lutas da comunidade surda² tendo em vista que ampliam as possibilidades de reconhecimento das particularidades desses sujeitos, ao passo em que vão surgindo reflexões em torno de políticas voltadas para esse público em diversos espaços. Thoma e Klein (2010, p. 120) salienta ainda que:

[...] o Documento e as articulações dos movimentos surdos impulsionaram mudanças políticas e na legislação, como a oficialização da língua de sinais através da Lei 10.436/2002; a entrada cada vez maior de surdos no ensino superior em cursos de graduação, mestrado e doutorado; a disseminação da cultura surda tanto em contextos acadêmicos quanto nos meios de comunicação; o ensino de Libras através de disciplina obrigatória nas licenciaturas e no curso de Fonoaudiologia (Decreto 5626/2005); a criação do curso de graduação em Letras-Libras para formar profissionais para o ensino (Licenciatura) e para a tradução/interpretação (Bacharelado) na educação básica e no ensino superior, entre outras. (THOMA E KLEIN, 2010, p. 120)

² Comunidade surda é aqui entendida como a organização não somente de pessoas com surdez, mas também de ouvintes cujo objetivo em comum é o reconhecimento da Cultura Surda.

Os avanços são inegáveis, porém sua efetivação ainda mostra-se bastante problemática, inúmeros são os relatos de surdos que após conseguirem acessar espaços como escolas regulares e universidades dão de cara com o preconceito, a falta de estrutura e o despreparo dos profissionais. Não basta apenas garantir o acesso, mas principalmente, assegurar a permanência e o desenvolvimento pleno desses sujeitos, e para isso, é necessário o empenho não só dos profissionais, mas de toda sociedade.

Como se pode observar, a Lei de LIBRAS é muito recente, fator esse que traz inúmeros desafios; um deles é o reconhecimento social. O Surdo quando visto utilizando-a ainda é encarado como algo excepcional atraindo atenção e até mesmo olhares preconceituosos, isso quando não são até mesmo ridicularizados nos mais diversos espaços. Outro desafio se dá devido à ausência de ações eficazes para sua difusão.

É necessário avançar no sentido de tornar não apenas reconhecido, mas também protegido e praticado os direitos reivindicados, para que a sociedade possa driblar essa “inclusão excludente”. E um dos direitos que favorece essa mudança é o direito a educação de boa qualidade e que favoreça e priorize a autonomia sem distinções.

A escola, nesse aspecto, é o lugar ideal para quebra de paradigmas e para a promoção do respeito às diferenças de forma prática, no convívio diário com a diversidade e não somente por meio de discursos enfadonhos impostos pela obrigatoriedade da inserção dessa temática no currículo. Desta forma, assim como defende Paulo Freire (1996), é por meio da união que o homem pode transformar a sociedade, ou seja, é a partir da interação social que se transforma a realidade que oprime e se permite a construção do conhecimento a partir das necessidades observadas no cotidiano.

Partindo dessa perspectiva, deteremo-nos aqui em analisar a realidade vivida no contexto de um Colégio Estadual, escola da Zona Rural da Cidade de Conceição do Coité, estado da Bahia, cujo espaço traz uma realidade de inclusão de surdos no ensino regular. O objetivo central dessa pesquisa é analisar a realidade da educação de surdos, no contexto rural, a fim de perceber o papel da escola regular frente à realidade de inclusão e compreender de que forma esses espaços contribuem para o desenvolvimento autônomo das pessoas surdas e seu papel na luta pelo respeito às diferenças.

1 EDUCAÇÃO DE SURDOS: UM BREVE HISTÓRICO

O Congresso Internacional de Surdos ocorrido, em Milão, na Itália, em 1880, é um grande marco para o debate em torno da educação de surdos em escala mundial. Apesar de ter estabelecido a metodologia oralista, método esse que consistia na reabilitação do surdo por meio da fala e que percebia a surdez como uma deficiência que deveria ser minimizada pelo estímulo auditivo, ao dar visibilidade a esta temática instigou a uma mobilização em torno do reconhecimento da necessidade de se pensar uma educação voltada para esses sujeitos.

Em contrapartida ao que defendia o oralismo, os defensores da comunicação total buscavam assegurar a comunicação, independentemente, da estratégia utilizada. Para Kalatai, Streiechen (*apud* CICCONE, 1996, p. 07):

O que ela postula, isto sim, é uma valorização de abordagens alternativas, que possam permitir ao surdo ser alguém, com quem se possa trocar ideias, sentimentos, informações, desde sua mais tenra idade. Condições estas que permitam aos seus familiares (ouvintes, na grande maioria das vezes) e às escolas especializadas, as possibilidades de, verdadeiramente, liberarem as ofertas de chances reais para um seu desenvolvimento harmônico. (KALATAI, STREIECHEN *apud* CICCONE, 1996, p. 07):

Tecendo severas críticas a esse modelo por não apresentar resultados satisfatórios tendo em vista a necessidade de uniformizar a comunicação, surge assim os defensores do bilinguismo, modalidade essa mais aceita atualmente por reconhecer a língua de sinais enquanto a primeira língua do surdo, sendo uma ferramenta eficaz dotada de uma gramática e de uma estruturação que atende as necessidades da comunidade surda.

Dessa forma, intensificou-se o debate em torno da educação de surdos, o que possibilitou visibilizar a importância de uma metodologia capaz de atender às necessidades comunicacionais, mas, principalmente, que represente os anseios da comunidade surda.

Em se tratando mais, especificamente, do Brasil, segundo Gugel (2007), a primeira iniciativa para o atendimento educacional especializado destinado as pessoas com surdez foi a criação do Imperial Instituto dos Surdos Mudos (hoje INES), em 1854, pelo Imperador Dom Pedro II. A partir daí começam a ser criadas escolas e instituições específicas para o atendimento a esse público, mas de forma bastante lenta e concentradas, além de serem criticadas por ser um modelo segregacionista.

A partir daí começam a se propagar ações voltadas para os surdos, como a criação de associações e as primeiras mobilizações na busca por direitos. Foram vários os momentos de embate até que começam a aparecer essa temática na legislação.

Uma das mais importantes legislações é a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), nº 9.394/96, que traz no capítulo V artigos sobre a educação especial, em que reconhece a necessidade de um apoio pedagógico em uma sala específica, ou com a sala multifuncional, que possa funcionar no turno oposto ao horário de aula do ensino regular, como completo a educação regular. A LDB 9.394/96 discorre ainda no artigo 59 sobre a necessidade de especialização para os docentes, “professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”. Ou seja, no caso da inclusão dos surdos no ensino regular, além da intérprete, o professor também precisa saber a LIBRAS e metodologias que contribuam para o aprendizado cognitivo, para que haja uma comunicação mais eficiente e autônoma para que o estudante surdo se reconheça enquanto sujeito no processo de construção do conhecimento.

Com a promulgação do Decreto Nº 3.298, de 20 de Dezembro de 1999, que dispõe sobre a integração plena das pessoas com deficiência, inicia-se um período de muitas transformações e tentativas de adequações, pois apesar dos avanços na legislação, mais especificamente em se tratando da educação de surdos, foco do presente estudo, as escolas não conseguiam assegurar um ensino de boa qualidade devido à falta de estrutura para a efetiva inclusão, e acabavam muitas vezes possibilitando uma mera inserção.

Nessa perspectiva o Atendimento Educacional Especializado tem como objetivo “complementar e suplementar” a formação do aluno e deve ser em salas de recursos multifuncionais na própria Unidade Escolar, podendo ser realizado também em Centro de Atendimento Educacional. Este atendimento surge como um suporte a mais que deverá estar em sintonia com as atividades desenvolvidas na sala de aula regular, e deve ser visualizado com um trabalho em conjunto.

2 METODOLOGIA: O PERCURSO DA PESQUISA

Para o desenvolvimento desse trabalho foi utilizado o método qualitativo; o qual, por meio de entrevistas, análise do projeto político pedagógico, e do arquivo visual da escola, foram analisados alguns aspectos sobre os desafios e as possibilidades da inclusão de estudantes surdos no ensino regular; além de analisar a atuação dos profissionais do

atendimento educacional especializado (AEE) com o corpo docente da escola. Para tal foram entrevistados 5 professores, o intérprete que atuou na escola, uma mãe de aluno e dois ex-estudantes surdos que concluíram o ensino médio na escola no ano de 2014.

O Colégio em questão, caracteriza-se como uma instituição de pequeno porte com o total de 390 estudantes, do Ensino Fundamental II e Ensino Médio, regular, e um quadro de funcionários composto por 8 pessoas no setor administrativo e de serviços e um total de 20 professores. Localiza-se em uma região rural sendo a única da cidade a possuir em seu histórico a atuação de instrutor e intérprete de Libras que auxiliaram na formação de três estudantes com surdez, sendo este o critério de escolha por se pesquisar esta escola. Como consta no Projeto Político Pedagógico (2014):

[...] o Colégio tem desenvolvido ações inclusivas no Ensino regular para assegurar as condições de acesso, participação e aprendizagem de todos os alunos em igualdade de condições. Assim, em 2009, o Colégio iniciou uma ação, em parceria com a comunidade surda e a Associação de Jovens (local), de acompanhamento dos alunos surdos. De início as aulas eram em espaços adaptados, mas, em 2011, foi inaugurada a “Sala Multifuncional”, resultante de parceria também com a SEC Secretaria de Educação do Estado. Atualmente, é assegurado aos surdos o acompanhamento de um profissional tradutor e um intérprete de Libras em sala de aula regular e aulas de apoio na sala de recursos em horário oposto [...].

Assim como muitas ações voltadas para esse público, percebe-se que geralmente a efetivação das políticas públicas se dão por meio da mobilização dos próprios sujeitos na busca por seus direitos, como está perceptível no contexto em questão.

Para entender essa realidade de inclusão, os dados coletados foram desenvolvidos em temáticas partindo da realidade da escola analisando a atuação dos membros da comunidade escolar destacando o posicionamento dos diferentes segmentos envolvidos no processo.

3 ESCOLA: ESPAÇO DE INTERVENÇÃO SOCIAL

A escola enquanto um espaço construção do conhecimento e intervenção social mostra-se ideal para a quebra de paradigmas e preconceitos construídos historicamente. Mas, para isso é necessário percebê-la enquanto espaço de reflexão tendo em vista práticas educativas que privilegiem à diversidade e que vejam as pessoas com deficiência não como um problema, mas como potencializadoras de novos conhecimentos dentro do ambiente educacional.

Nesse sentido, o objeto escolhido para esse estudo permite que vislumbremos a educação de surdos no contexto rural, que será tratada por meio de temáticas que apontam os desafios e as possibilidades para a inclusão dos estudantes surdos na escola regular, ao passo em que evidencia as dificuldades na materialização das leis que abordam este assunto e garante os direitos deste público.

4 OS DESAFIOS ENCONTRADOS NA EDUCAÇÃO DE SURDOS

Para apresentarmos os desafios enfrentados pela escola regular rural na educação de surdos, partiremos da discussão do que está previsto no Projeto Político Pedagógico da Escola e já foi introduzido na metodologia. Observamos que tal instituição mostra-se comprometida com a boa qualidade da educação de alunos com surdez e busca implementar ações que vão além do espaço da sala de aula. Porém, segundo a gestora da escola, faz um ano que a escola enfrenta problemas quanto à contratação dos profissionais do AEE, e que, atualmente, uma estudante surda matriculada encontra-se fora da escola por não ter o apoio necessário. Segundo a gestora:

Em outras circunstâncias, diria que fazíamos muito (pela educação de estudantes surdos). Tínhamos o intérprete de Libras, identificação de ambientes, campanha luminosa, O instrutor em LIBRAS, apesar de todas as dificuldades tentávamos sensibilizar o professor em relação às dificuldades de comunicação dos estudantes surdos. Mesmo com muitos tropeços conseguíamos fazer um trabalho que servia de referência.

Com isso, percebe-se que mesmo com a existência das leis (10.436/02 e 5.626/2005) que assegurem tal direito, muitas vezes isso não é cumprido, principalmente, em contexto como os analisados aqui. Segundo o censo escolar é notório o aumento de matrícula de estudantes com deficiência no ensino regular, porém não significa que a educação destinada a este público esteja sendo satisfatória.

Sabe-se que a educação de surdos ainda não é satisfatoriamente difundida, muitos surdos só têm acesso a LIBRAS tardiamente, e em alguns casos como os observados aqui os familiares dos surdos desconhecem a linguagem de sinais, o que dificulta ainda mais o desenvolvimento desses sujeitos. Outro agravante relatado por um dos estudantes entrevistados é a dificuldade na produção escrita tendo em vista as imposições dos padrões da cultura oral:

Educação surdo escola regular difícil, surdo não português certo, escrever textos professora português não entende surdo escrever diferente por que Libras palavras entender diferente. (Sic) Redação muito difícil por que LIBRAS fácil sinais surdo consegue comunicação entender. (Surdo 1)³

Observa-se com isso que há uma grande dificuldade por parte do surdo em se adequar a estrutura da Língua Portuguesa tendo em vista as especificidades da Língua de Sinais, isso por que:

A escrita do surdo recebe influência da fala gesticulada ao escrever em L2⁴, talvez, isso deva-se ao fato de não haver um referente em sua língua que o remeta a construções com uso dos mecanismos coesivos ou das flexões verbais necessários a coesão da produção escrita em língua portuguesa. Todavia no texto escrito em Sign Writing pelo surdo é facilmente percebido todos os elementos de coesão e coerência nesta forma de escrita. (BATISTA, 2011, p. 40)

Contudo, percebe-se que a gramática da língua portuguesa não se adequa as estruturas da língua de sinais, inviabilizado assim que os surdos produzam na norma padrão da língua. Em contrapartida, o Sign Writing mostra-se uma possibilidade bastante adequada a essa realidade, porém ainda encontra-se inacessível tanto para os surdos quanto para os espaços educacionais (BATISTA, 2011).

Em se tratando da comunicação dos professores do ensino regular para com os estudantes surdos, em entrevista com uma professora da unidade escolar, ela pontuou a dificuldade em se comunicar com os estudantes surdos: *“É difícil, visto que não domino a Libras e nem eles dominam o português ou o Inglês. Também acredito que para os surdos seja muito difícil também”*

Observa-se com isso que apesar da obrigatoriedade da inserção do componente curricular de LIBRAS, nos cursos de licenciaturas, instituída pelo decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, ainda constatamos professores em atuação sem conhecimento da Libras, o que nos permite afirmar que os cursos de formação continuada são essenciais para sanar as problemáticas da formação inicial insuficiente.

Sendo assim, apresentaremos uma síntese dos principais desafios enfrentados na escolar regular na educação de surdos: a manutenção da sala de AEE e a contratação de

³ Entrevista com o Aluno 1. Optamos em manter a escrita do Surdo, por entendermos que a escrita em língua portuguesa é como a aquisição de uma língua estrangeira, com normas e estrutura específica que diferencia-se totalmente da Libras, trazendo um grau de dificuldade significativa para a aquisição e aprimoramento da língua portuguesa. Por entendermos reconhecer os direitos e universo do Surdo, optamos em manter a sua escrita.

⁴ Entende-se por L2 a segunda língua adquirida por uma pessoa, no caso do surdo que já sabe Libras, a segunda seria a portuguesa. Se for pessoa ouvinte isto seria o inverso.

intérprete para o atendimento adequado ao surdo; a difícil aquisição da língua portuguesa pelo surdo devido as particularidades e estrutura semântica, linguística e gramatical; falta de formação docente para melhor apoio educacional aos surdos.

5 CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO BILÍNGUE: AEE E O ENSINO REGULAR

Apesar dos inúmeros desafios para a educação de surdos, é dever de todos, assegurar uma educação de boa qualidade, fazendo uso de metodologias que garantam o melhor desempenho destes para a superação das limitações impostas pela deficiência, assim como pela sociedade.

Enquanto uma língua visuo-espacial, o processo de ensino aprendizagem se dá através do estímulo visual. Abaixo é possível observar algumas estratégias metodológicas utilizadas na sala de recursos multifuncionais da escola estudada:

Figura 1 – Mapa do Brasil com os estados sinalizados pela estudante surda do 6º ano



Fonte: Arquivo da escola

Percebe-se nessa atividade a preocupação em tornar o estudante sujeito no processo educacional, construindo conhecimento prático e significativo, instigando diversas competências e habilidades, visto que:

Nesse sentido, o atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de

aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (PIMENTEL, 2012, p. 150)

Dessa forma, o atendimento educacional especializado faz-se indispensável, pois dá suporte às carências específicas do estudante, visto que o contexto da sala de aula não possibilita um trabalho mais direcionado tendo em vista a necessidade de abranger um público bastante diverso.

Ainda em se tratando do AEE, o contato com o universo de possibilidades da linguagem de sinais, inclusive sua escrita, como é o caso do Sign Writing – sistema de escrita de sinais, que é apresentado como um recurso para os estudantes, a ser utilizado caso necessite. A imagem abaixo, coletada da sala de aula da escola pesquisada, é um exemplo desse estímulo.

Figura 2 – Imagem da escrita do sinal de LIBRAS



Fonte: Arquivo do Colégio

Apesar de não ter o objetivo de ensinar a escrita de sinais é importante que o estudante conheça as possibilidades existentes no universo da cultura surda, é neste ambiente que por meio de atividades, na maioria das vezes lúdicas, que os estudantes com surdez exercitam, ampliam seus conhecimentos sobre a Língua Brasileira de Sinais e interagem com os colegas surdos, trocando experiências de aprendizagem. Dessa maneira, esse espaço agradável possibilita o fortalecimento dos laços entre a comunidade surda e a interação também com os ouvintes.

Sabe-se que os desafios são inúmeros, porém é possível desenvolver ações que
Revista Educação e Ciências Sociais (ISSN: 2595-9980), Salvador, v.2, n.3, 2019

privilegiem a socialização destes sujeitos, por muito tempo segregados do convívio social. No ambiente da sala regular, a presença do estudante com surdez traz inúmeras contribuições, não só para o seu aprendizado, mas também para os demais colegas que além de aprenderem a conviver com as diferenças, na maioria das vezes, mostram-se entusiasmados em aprender a LIBRAS. Apesar de não existir na referida escola uma ação para ensinar esses estudantes a se comunicarem através da língua de sinais, estes acabam adquirindo tais conhecimentos, através do ambiente escolar, seja em visitas a sala multifuncional, seja através de placas com sinais existentes no espaço escolar, e na própria interação entre os estudantes. Em nosso entendimento, a escola não poderia perder a oportunidade de ensinar Libras para todos, para que a comunicação se amplie e se consolidasse as práticas de inclusão.

Sobre isso a fala da gestora da escola é enfática:

Na realidade muitos estudantes ouvintes concebem melhor o estudante surdo do que o profissional docente. Há três anos atrás via a escola com um diferencial, pois os estudantes surdos se comunicavam naturalmente com os estudantes surdos. Muitos se esforçavam para aprender Libras, pois queriam se incluir no processo.

O grande diferencial deste espaço se dá, principalmente, pelo compromisso com a educação destes sujeitos, toda comunidade escolar encontra-se imersa em um ambiente de troca de conhecimentos, o surdo sente-se à vontade para interagir. Dessa forma, a Libras mostra-se um instrumento de interação desenvolvendo a sociabilidade, pois de nada adianta que o surdo saiba Libras se ele não consegue se comunicar com os ouvintes.

A presença do atendimento especializado na referida escola, fez com que esta se tornasse referência na educação de surdos, sendo que em seu histórico já concluíram o ensino médio quatro estudantes, e praticamente todos tiveram o suporte de instrução e interpretação, mesmo enfrentando problemas de caráter contratual como relata a intérprete.

Na tentativa de assegurar as condições básicas para a educação das pessoas com deficiência a referida escola promove momentos de formação para o quadro de professores e para os familiares dos surdos que em sua maioria não apresentam os conhecimentos básicos da LIBRAS. Esses momentos visam dar suporte básico para a interação no contexto social e familiar.

A presença do intérprete no processo de ensino aprendizagem, na sala de aula assegura que o estudante compreenda os conteúdos tendo em vista que tal profissional lança mão de recursos que garantam o entendimento. Ou seja:

O objetivo principal não é apenas traduzir, mas buscar, juntamente com o professor, meios diferenciados de ensino para que o aluno surdo possa ser favorecido de uma aprendizagem especificamente elaborada e pensada, e, conseqüentemente eficiente. (FESTA, SANTOS, 2014, p. 05)

Mas, para que o trabalho do intérprete seja bem sucedido é de suma importância uma parceria entre os atores envolvidos: professor, intérprete e estudante surdo. Isso porque a interpretação por ser simultânea, necessita ser assimilada, primeiramente, pelo intérprete para que este consiga interpretar e traduzir exigindo bastante clareza e objetividade para a compreensão do receptor. Em entrevista com uma intérprete da referida escola ela pontuou que:

O trabalho do intérprete é muito árduo, somos exigidos a acompanharmos simultaneamente o conteúdo das aulas “para não atrasar o conteúdo”, além de passamos por muitos constrangimentos no exercício dessa profissão. São inúmeras as situações de desconforto na sala de aula, o professor nos olha como invasores da privacidade, e nos atribui a responsabilidade sobre o sucesso e o fracasso escolar dos estudantes surdos, somos responsabilizados até mesmo pelos atos de indisciplina dos meninos.

Dada a complexidade dessa mediação, faz-se necessário um trabalho em parceria entre professor, intérprete e estudante, visando sempre o bem estar de todos no ambiente educacional e a garantia do princípio fundamental da escolarização: aquisição de conhecimento.

Em suma, os desafios são inúmeros, porém a escola enquanto espaço de transformação social tem o papel de promover a inclusão fazendo com que as limitações sejam superadas. Só assim a inclusão deixará de ser uma simples inserção escolar e uma realidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não tivemos a intenção de apontar soluções para o ensino de alunos com surdez, pois as realidades são muito diversas, mas sim, contribuir para a reflexão acerca das estratégias possíveis para um ensino de boa qualidade, onde os estudantes se mostrem como sujeitos do processo educativo e se sintam pertencidos.

É importante salientar ainda que dada a diversidade do público presente nas escolas, nem sempre é possível atender a todas as necessidades dos educandos, mas é urgente que os

professores estejam aptos a contribuir para a autonomia desses sujeitos por muito tempo segregados e subordinados a um meio educacional limitado, que impõe padrões que nem sempre condizem com as particularidades dos estudantes.

Diante do exposto, podemos afirmar que a escola é um espaço de constante reflexão, e que a educação, para que seja realmente democrática necessita de uma transformação no currículo; de modo que possibilite o reconhecimento dos estudantes enquanto sujeitos de direitos. Sendo assim, pode-se apontar a necessidade de transformação que inclua, de fato, todos os estudantes sem exceções.

Além das necessárias mudanças curriculares, há de se pensar, juntamente com o poder público e entidades, numa efetiva capacitação de profissionais, para que a inclusão ocorra de forma ampla, tornando a escola um espaço aberto e inclusivo, ou seja, com espaço para aprendizagem para todos os alunos independente de suas peculiaridades, assim como na desmistificação de preconceitos enraizados em nossa sociedade.

Outro aspecto constatado é a responsabilidade de se construir e legitimar uma educação inclusiva de boa qualidade e que todos são responsáveis. Isto deve ser uma responsabilidade compartilhada por educadores, familiares, colegas e todo corpo escolar. Em se tratando do caso estudado, é essencial lembrar que se trata de comunicação humana, portanto, a relação de ensino–aprendizagem da Libras irá contribuir para o indivíduo dentro e fora da escola.

Exemplos como os expostos aqui, gradualmente são apresentados e divulgados no ambiente acadêmico, contribuindo para o aprofundamento de estudos sobre educação e metodologias de ensino, bem como, na confirmação de que é possível incluir todos e transformar a escola e a sociedade.

Apesar dos obstáculos ainda encontrados no percurso para uma transformação efetiva da educação, percebemos que graças às novas possibilidades metodológicas no ensino é possível desenvolver um trabalho mais significativo, seja para alunos que apresentam algum tipo de necessidade especial ou não.

Tendo em vista esta realidade, mostra-se necessário buscar metodologias e estratégias que possibilitem o desenvolvimento autônomo, estimulem a reflexão e a criticidade dos educandos de modo que o espaço escolar contribua de forma significativa para a construção de uma sociedade mais justa.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Marie Gorett de Assis e Medieros. *Descrição da singularidade na escrita de surdos*. 2011. Dissertação (Mestrado em Pós Graduação em Linguística-PROLING), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

BRASIL **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 22 abr. 2017.

_____. **Decreto nº 5.626, de 22 de Dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436 de 24 de Abril de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em 10 mar. 2017.

_____. **Lei Federal 10.436** de 22 de abril de 2002. Disponível em: http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Documentos/BibliPed/TextosLegais/LegislacaoEducativa/LeiFederal_10436_LIBRAS.pdf. Acesso em: 10 mar. 2017.

CICCONE, Marta. **Comunicação total**: introdução, estratégias a pessoa surda. 2. ed. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1996.

GESSER, Audrei. **LIBRAS?: Que língua é essa?:** crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GUGEL, Maria Aparecida. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade**. Disponível em: http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php. Acesso em: 15 maio 2017.

PIMENTEL, Susana Couto. **Formação de professores para inclusão: saberes necessários e percursos formativos**. In: O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares. Salvador: EDUFBA, 2012.

SANTOS, Luciano. FESTA, Priscila Soares Vidal. **A relação do intérprete de libras e o aluno surdo**: um estudo de caso ensaios pedagógicos Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia das Faculdades OPET, 2014 - Anual : ISSN 2175-1773

SILVA, Bruno Ferreira da. **O Ensino da Libras na Escola Municipal Madre Trautlinde Areia (Pb)**: Uma Análise Da Relevância Do Projeto De Extensão “Educação Especial – Um Novo Olhar Para A Pessoa Com Deficiência” In IV Colóquio Internacional - Educação Cidadania e Exclusão: Didática e Avaliação. 2014. Paraíba

SKLIAR, Carlos (Org.) **A surdez: um olhar sobre a diferença**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

THOMA, Adriana da Silva, KLEIN, Madalena. **Experiências educacionais, movimentos e lutas surdas como condições de possibilidade para uma educação de surdos no Brasil**. Cadernos de Educação (UFPEL), v. 1, p. 107-131, 2010.